



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº **1132/2021** COMISSÃO Nº

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência e aos demais membros desta Comissão, nos termos do art. 48, §2º e art. 73, II do Regimento Interno, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir desafios da Região do Barreiro envolvendo a política de descentralização e regionalização da atividade administrativa, desenvolvimento de instrumentos de participação popular na administração pública e a prestação de serviços públicos em geral.

Tema de tal audiência possui grande relevância haja vista que a Região do Barreiro enfrenta, historicamente, uma série de desafios envolvendo a política de descentralização e regionalização da atividade administrativa, bem como carência de instrumentos de participação popular. Ademais, apesar da aprovação do Plano Diretor, Lei 11.181/2019, que promoveu uma série de garantia de direito a áreas situadas na região do barreiro, ainda está muito aquém do esperado a prestação de serviços públicos em geral.

Audiência a ser realizada no dia 22/09/2021, às 13:40 horas, via portal virtual. Requeiro o convite das seguintes autoridades e entidades:

-Secretaria Municipal de Esportes
gabinetesmel@pbh.gov.br

Protocolizado conforme
Portaria nº 18.884/20
Data: 31/08/2021
Hora: 13:43:53



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

-Secretaria Municipal de Cultura

gab.smc@pbh.gov.br

-Urbel - Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

chefiadegabineteurbel@pbh.gov.br

urbel@pbh.gov.br

-Secretaria Municipal de Política Urbana

smcu@pbh.gov.br

-Instituto Alforriado Matias

31 9430-9090

institutoalforriadomatias@gmail.com

-Instituto Macunaíma

31 7145-1569

dulcineia@institutomacunaima.org.br

-Viaduto das Artes

viadutodasartes@gmail.com

- João Paiva

31 998488325

joao_victor90@hotmail.com

-Ana Clara Ribeiro de Almeida

31 9727-1348

anaclarariibeiro@gmail.com

-Gildemar Rodrigues da Silva

31 986983270



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

giltaurodemar@gmail.com

-Simone Maria da Penha de Oliveira

31 993835851

sisimary24@gmail.com

- Livia Mara

31 975857643

livia_sorin18@hotmail.com

- Dessiane Cristina dos Santos Pereira

31 93306-0934

dessianecristina@gmail.com

Vereadora Iza Lourença

Ao Exmo. Senhor

Vereador Helinho da Farmácia

Presidente da Comissão de Administração Pública

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:

31 / 08 / 21

Responsável pela distribuição

593



OF. SMGO/DALE Nº ³53 /2021

Belo Horizonte, 23 / 08 /2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 821/2021** – Vereadoras Bella Gonçalves e Macaé Evaristo – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.254/21, de 21/07/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 821/2021, de autoria das Vereadoras Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, que solicita informação sobre provisão e política habitacional no Município de Belo Horizonte, dirigido à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel.

Consultada, a Urbel emitiu resposta por meio do Ofício 305/2021/URBEL/GP-DTEL, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



OFÍCIO 305/2021/URBEL/GP-DTEL

Belo Horizonte, 18 de agosto de 2021.

Referência: Ofício Dirleg nº 2.254/21 – Requerimento de Comissão nº 821/2021

Prezados Senhores,

Serve-se do presente ofício para encaminhar manifestação desta Companhia quanto ao Requerimento de Comissão nº 821/21, oriundo da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal, para os encaminhamentos necessários, tendo em vista o disposto no Ofício GP. EXTER-050/OF, de 6 de maio de 2019.

Trata-se de demanda decorrente da Audiência Pública realizada dia 30/06/2021, com a finalidade de debater sobre provisão habitacional no Município de Belo Horizonte, e que contou com a presença de representantes dos movimentos populares, de coletivos, da universidade, da Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Urbel.

No expediente é solicitado à Urbel informações complementares àquelas prestadas na audiência, especialmente em relação *"às políticas de fato estruturantes capazes de fazer frente às necessidades do povo, e o desenvolvimento de uma estrutura organizacional e administrativa que dê conta articular as políticas urbanas e habitacionais de forma colocar o patrimônio, os bens e os serviços públicos efetivamente em prol do direito à moradia em Belo Horizonte"*.

Para atendimentos aos questionamentos, as Diretorias de Planejamento e de Habitação e Regularização desta Companhia foram consultadas e apresentaram as seguintes informações:

À

DIRETORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA – DTEL

Gabinete do Prefeito – GP

Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro

Belo Horizonte – Minas Gerais



1. ***Quais as simulações realizadas pela URBEL junto à Caixa Econômica Federal, para atendimento de famílias no programa Compra Compartilhada e os respectivos valores de subsídios, entrada e prestações, por faixa de renda, bem como a estimativa de famílias cadastradas que se enquadram nos critérios de atendimento pelo programa?***

Inicialmente, importante registrar que o Projeto de Lei nº 826/2019, que previu a criação do Programa Compra Compartilhada, foi recentemente aprovado pela Câmara Municipal, portanto, a regulamentação do Programa ainda está em discussão na Câmara Técnica do Conselho Municipal de Habitação – CMH e, após, será levada à apreciação pelo Plenário, conforme atribuição do órgão.

Desse modo, na concepção do Programa foram realizadas simulações a partir do financiamento previsto para Faixa 1,5 do Programa Federal, inclusive considerando a possibilidade de subsídio federal no financiamento a ser assumido pela família.

Tais simulações ocorreram considerando a renda familiar entre 1 salário mínimo e 2,5 salários mínimos, já que é o limite proposto pela regulamentação do Programa que está em discussão na Câmara Técnica do CMH, onde famílias com rendas mais próximas de 1 salário mínimo recebem subsídio maior do Governo Federal e famílias com renda maior, recebem subsídio menor.

Destaca-se que o recurso a ser aportado pelo Município tem caráter de subvenção e tem como objetivo reduzir o valor a ser financiado e, conseqüentemente, diminuir o valor da prestação a ser assumida pela família.

Por fim, informamos que há estimativa de que o Programa seja oferecido para todo o passivo do Orçamento Participativo da Habitação – OPH, já previamente cadastradas, considerando o intervalo de renda do Programa.

2. ***Quais os empreendimentos de habitação popular com contratos já assinados para serem executados em Belo Horizonte que poderiam servir ao programa Compra Compartilhada e outros?***

Considerando que o Programa ainda está sendo regulamentado, informamos que existe previsão na sua regulamentação para a realização de Chamamento Público, com a possibilidade de que os empreendimentos enquadrados na perspectiva do Programa, qual seja, programa de financiamento público de interesse social, poderão fazer adesão.

3. ***Quais estudos têm sido realizados nos programas municipais de habitação com vistas a flexibilizar os mecanismos de financiamento de imóveis usados para a baixa renda e assim as pessoas poderem morar perto de suas casas?***

Sugerimos consulta à Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU.



4. Qual o procedimento tem sido tomado para viabilizar a inclusão de pessoas que recebam menos de um salário-mínimo, que exerçam trabalho informal e precarizado nos critérios de financiamento da política pública municipal?

Observamos que as pessoas que possuem renda inferior a 1 salário mínimo não são o público alvo do Programa Compra Compartilhada, já que pelas características dessa população deverão ser atendidas por outros programas já existentes e que possuem caráter continuado, tais como Locação Social ou aqueles com financiamentos públicos altamente subsidiados.

5. Qual o banco de terras públicas e privadas ou disponíveis para a construção de moradias populares? Caso este banco de terras do município não exista, qual a previsão para sua criação?

Informamos, inicialmente, que todas as áreas classificadas como Áreas de Especial Interesse Social-1 – AEIS-1 pelo Plano Diretor Municipal estão destinadas à produção de habitação de interesse social, conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 11.181/2019, sejam elas públicas ou particulares.

Em relação aos imóveis de propriedade do Município e que estão sob a gestão da Urbel, há registro de 09 (nove) terrenos que serão utilizados para a produção de unidades em parceria com as entidades do movimento popular, para atendimento das famílias beneficiárias do passivo do OPH.

6. Qual o detalhamento socioeconômico, racial e de gênero do passivo do OPH e onde essas pessoas demandam imóveis? Qual a programação da construção? Serão construídas moradias próximas de onde as pessoas residem?

Informamos que as famílias pertencentes aos núcleos com registro ativo no Município possuem cadastro completo nesta Companhia, onde é possível identificar o perfil dos participantes.

Para o público passivo do OPH as opções atuais para atendimento são as seguintes: Locação Social, produção de unidades em parceria com entidades, e Compra Compartilhada e Assistência Técnica, os dois últimos em fase de regulamentação.

Ressaltamos, por fim, que sempre foi um critério da produção habitacional do Município atender as famílias em locais próximos ao de sua origem, sempre que possível.

7. Qual o detalhamento legal e os parâmetros técnicos para o seguro moradia que é oferecido pela política municipal de habitação?

O Programa Compra Compartilhada, que se encontra em processo de regulamentação pelo Conselho, prevê mecanismo de garantia para cobertura no caso de inadimplência. Na



hipótese discutida na Câmara Técnica do Conselho, uma parte do recurso a ser aportado como forma de subvenção será destinado a esse mecanismo de garantia.

A base legal de criação dessa garantia é o Projeto de Lei nº 826/2019.

8. *Qual o déficit habitacional de BH e sua projeção para os próximos 10 anos?*

O último dado disponível nesta Companhia corresponde à revisão do diagnóstico do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, realizado em 2014, onde identificou-se o déficit de 56.434 novos domicílios para famílias de até 6 salários mínimos, além de uma projeção de 12.988 novos domicílios com renda de até 6 salários, entre os anos de 2014 e 2030.

9. *É possível que o município busque mecanismos de parcerias nacionais e internacionais para o financiamento habitacional atendendo às demandas existentes? Há algum plano nesse sentido?*

Informamos que para os financiamentos externos que estão em processo de captação já existe a previsão de recursos para a produção habitacional, com vistas a atender o déficit qualitativo, reassentando as famílias removidas do território.

10. *Há algum estudo sobre a avaliação do resultado efetivo a partir da remoção e reassentamento das famílias em BH que foram removidas por ordem de catástrofes ambientais? Há um acompanhamento das famílias e avaliações participativas?*

Esclarecemos que a maior parte das famílias atendidas em razão das chuvas de 2020 tiveram parecer de remoção temporária, visto que o objetivo maior é a realização de intervenções que permitam o retorno dos ocupantes em condições de segurança.

Portanto, até que seja possível o retorno aos imóveis de origem, as famílias aguardam em programas de caráter temporário e são submetidas ao respectivo acompanhamento social.

11. *Quais são as providências que a PBH tomou para viabilizar a produção em autogestão? Quais as providências sobre o assessoramento técnico a ser dado às entidades?*

Com vistas a fomentar a produção de moradias em regime de autogestão, informamos que está em fase final de análise pela Procuradoria-Geral do Município, para posterior publicação, o Chamamento Público que tem como objeto a vinculação das entidades aos terrenos públicos.

O assessoramento técnico será fornecido às entidades, desde o acompanhamento e mobilização das famílias que serão beneficiadas, no processo de desenvolvimento dos



projetos executivos, na organização das famílias em pré-morar, e, por fim, na construção das unidades pelas famílias, conjuntamente com a entidade.

No caso do Chamamento Público em desenvolvimento, vale destacar que se trata de um processo de cogestão, já que o Município executará a infraestrutura dos terrenos, assim como a fundação das unidades habitacionais, conforme os projetos executivos, ficando a cargo da entidade e das famílias as edificações, com assessoria e assistência técnica a ser contratada pelo Município.

12. Há previsão de destinação de recursos a serem arrecadados pelo projeto de renegociação e débitos tributários ao município para a habitação popular?

Sugerimos consulta à Secretaria Municipal de Fazenda – SMFA.

13. Qual a política pública que tratará a questão do condomínio de interesse social para a população de baixa renda que garanta sua propriedade e segurança da posse, considerando a dificuldade de arcar com os custos financeiros?

A questão dos condomínios no âmbito da Política Municipal de Habitação – PMH é amplamente discutida quando do acompanhamento das famílias beneficiárias dos empreendimentos habitacionais de interesse social, na execução dos trabalhos de pré e pós-morar realizado junto aos beneficiários/proprietários, oportunidade em que são oferecidas orientações relacionadas às obrigações condominiais, com intensa preparação dos gestores dos condomínios, em busca da autonomia das famílias beneficiárias.

14. Quais são os imóveis sem utilização e fechados que podem ser utilizados em Programa de habitação popular e qual o Plano e a política municipal para a inclusão de imóveis ociosos, vagos ou abandonados no município para fins de habitação social e popular? Qual a localização desses imóveis?

Sugerimos consulta à Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU.

15. Qual o Plano de execução do Morada Segura pela PBH?

Informamos que a regulamentação do Programa Morada Segura, relativamente ao fluxo de atendimento previsto no Decreto Municipal, está sendo conduzida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC.

16. Há um plano de discussão e debate democrático com participação popular sobre a utilização dos recursos provenientes da outorga onerosa no Município?

Informamos que o Conselho Municipal de Habitação é o órgão da Política Municipal de Habitação – PMH curador dos recursos públicos do Fundo Municipal de Habitação, de modo que qualquer discussão sobre o tema se dá no âmbito do referido Conselho.



17. Quais os dados referentes à aplicação do Benefício decorrente da Produção de Habitação de Interesse Social (BPH) no Município, bem como dos respectivos empreendimentos geradores do benefício, com sua localização, área, quantidade de unidades habitacionais e número e perfil das famílias a serem atendidas?

Sugerimos consulta à Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU.

18. Quais instrumentos de política urbana têm sido efetivamente aplicados e quais estão em planejamento para aplicação de maneira a assegurar o cumprimento da função social da propriedade?

Sugerimos consulta à Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU.

19. Considerando que foi mencionado na audiência que foi realizada uma priorização de assentamentos informais e enviada lista às concessionárias dos serviços públicos de água e luz para prestação dos serviços de forma emergencial favor enviar os documentos referentes, bem como o detalhamento das ações já desenvolvidas e as planejadas para atendimento das comunidades.

Inicialmente, cumpre esclarecer que diante da necessidade de se estabelecer uma política integrada para as Áreas de Especial Interesse Social – AEIS 2 e organizar as informações relativas a essas localidades, foi criado um Grupo de Trabalho no âmbito municipal, composto por representante dos diversos órgãos e secretarias, que tem auxiliado a Comissão criada pelo Decreto nº 16.888, de 12 de abril de 2018, na definição de políticas públicas para esses territórios.

O Decreto nº 16.888/2018 declarou de interesse social 119 assentamentos do Município constituídos por famílias predominantemente de baixa renda e objetiva:

- Reconhecer a existência de conflitos fundiários e estimular a resolução dos conflitos;
- Estabelecer medidas para evitar expansão do assentamento;
- Levantar informações para caracterização dos assentamentos;
- Desenvolver estudos necessários à melhoria das condições ambientais, urbanísticas e de infraestrutura.

Vale esclarecer que tais áreas foram confirmadas pelo novo Plano Diretor, publicado pela Lei nº 11.181 de 8 de agosto de 2019, como de interesse social, tanto como Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS quanto Áreas Especiais de Interesse Social-2 – AEIS-2.



Também é importante esclarecer que os 119 assentamentos não são necessariamente ocupações, visto que as Áreas de Especial Interesse Social – AEIS-2 são caracterizadas pelos loteamentos clandestinos/irregulares de interesse social, incluindo algumas ocupações.

Desse modo, o referido Grupo de Trabalho tem se empenhado para estabelecer uma hierarquia entre os 119 assentamentos, que está possibilitando, prioritariamente num primeiro momento, a atuação das concessionárias de serviço de água, energia elétrica e esgotamento sanitário, dentre outras finalidades.

Portanto, os órgãos municipais integrantes do Grupo de Trabalho realizaram vistorias e estudos técnicos, que permitiram um mapeamento preliminar das áreas passíveis de consolidação, considerando, dentre outros, os seguintes fatores técnicos urbanísticos e ambientais:

- ✓ Presença de Áreas de Preservação Permanente – APP's a partir da base cadastral da PBH;
- ✓ Grau de Proteção 1 definido na Operação Urbana do Isidoro;
- ✓ Identificação de risco geológico em vistorias nos locais;
- ✓ Grau de consolidação dos assentamentos.

Assim, para viabilizar a ação prioritária estabelecida pela administração municipal, os mapeamentos produzidos para os primeiros hierarquizados foram repassados às concessionárias, por meio de ofício do Gabinete do Prefeito, que definirão cronogramas e diretrizes para execução dos serviços que, apesar de possuir caráter provisório, devem ser implantados de forma gradual em função da precariedade urbanística do local.

Importante esclarecer que foram identificadas porções de áreas nesses assentamentos que, num primeiro momento, não são passíveis de consolidação, seja por restrições legais, ambientais, urbanísticas ou outras, e que, portanto, pelo menos nesta parte do território, a instalação dos serviços de água e energia elétrica depende de estudos de planejamento.

Vale ressaltar que nem todos os 119 assentamentos carecem dos serviços de água, esgoto e energia, pelo contrário, muitos destes assentamentos já possuem estrutura instalada e são atendidos, mesmo que parcialmente, pelas concessionárias de serviço público.

Assim, segue relação dos assentamentos priorizados:

PACOTE 1	PACOTE 2
<ul style="list-style-type: none">- Dandara- Maria Teresa- Montes Claros- Rosa Leão- Esperança- Vitória	<ul style="list-style-type: none">- Tupi Lajedo- Chácara Joaquim Clemente- Beija Flor- Tiradentes- Jardim Liberdade- Sem Nome (Ref.: Alecrim da Serra)



- Helena Greco	- Sem Nome (Ref.: São Jacinto)
- Novo Lajedo	- Sem Nome (Ref.: São Cristóvão)
- Jardim Getsêmani	- Sem Nome (Ref.: Santo Inácio)
- Mirante do Tupi	- Sem Nome (Ref.: São Silvestre)
- Sem Nome (Ref.: Camilo Gomes)	- Paulo Freire
	- Nelson Mandela
	- Horta 1 e 2.

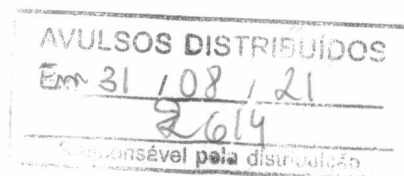
Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

CLAUDIUS VINÍCIUS LEITE PEREIRA

Diretor-Presidente

Ofício a ser assinado posteriormente, considerando o exercício das atividades em home office pelos empregados da URBEL, tendo em vista a situação de emergência em Saúde Pública declarada pelo Decreto nº 17.297/2020 e a regulamentação do trabalho na URBEL pela Portaria URBEL nº 31/2021.





OF. SMGO/DALE Nº 369/2021

Belo Horizonte, 23 / 08 / 2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 905/2021** – Vereador Ciro Pereira – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.464/21, de 05/08/2021.

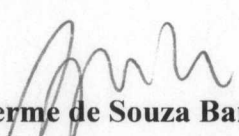
Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 905/2021, de autoria do Vereador Ciro Pereira, que solicita informações sobre a obtenção do Documento Municipal de Licença (DML).

Consultada, a Secretaria Municipal de Política Urbana manifestou-se por meio do Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1442/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

Dir. Leg. - 24-Ago-2021 - 14:14-002174-1/2



Ofício SMPU/SUGOV-DALE nº 1442/2021

Ref.: Demanda TAG 336703

Interessado: Câmara Municipal de Belo Horizonte

Assunto: Requerimento de Comissão 905/2021 – Vereador Ciro Pereira

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021

Prezado Senhor Diretor,

Trata-se de pedido de informação em que são considerados os reflexos dos impactos sobre a atividade econômica, causados pelas medidas para contenção da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus e o estado de calamidade pública, sobre os pequenos empresários e ambulantes, que relatam dificuldade na obtenção do Documento Municipal de Licença (DML), especialmente pela falta de integração entre órgãos municipais e estaduais, indagando-se, ao final, se a Prefeitura dispõe de algum procedimento ou mecanismo que torne o processo de autorização para a atividade de comércio ambulante menos burocratizado no contexto pandêmico.

Consultadas as áreas afins, esclarece-se antes da pandemia houve a ampliação de mais de mil oportunidades para o comércio ambulante (250 em veículos automotores, 680 em tração humana e 128 para pessoas com deficiência), e mais de mil também nas 23 feiras licenciadas. Esse aumento de oferta implicou em um significativo aumento na procura pelo licenciamento, acompanhado de diversas ações com vistas à simplificação do processo.

Ilmo. Sr.

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE

Avenida Afonso Pena, 1212 - 2º andar - Centro



Entre as medidas, estão a facilitação do processo de inscrição nos editais, que podem ser realizadas via *online* ou presencialmente; desenvolvimento de um sistema de sorteios automatizado e auditado, rápido e com ampla publicidade, sempre em sessões abertas para o público, com transmissão online ao vivo; solicitações de licenciamento recebidas de forma virtual (inicialmente por e-mail e em seguida pelo sistema Sigesp); as solicitações das novas licenças para os titulares que participaram do último processo licitatório continuaram a ser emitidas normalmente de forma remota ou presencialmente, no BH Resolve; a data de validade das licenças anteriormente emitidas foi prorrogada automaticamente, sem necessidade de solicitação de renovação durante a pandemia; a data para pagamento das taxas de análise de requerimento foi prorrogada para 31/12/2021, podendo ainda o pagamento da mesma ser parcelado em até 5 vezes; foi extinta a cobrança do preço público pelo uso do logradouro.

No que diz respeito ao intercâmbio com o Governo do Estado, incide essencialmente para a obtenção da Carteira de Artesão, prevista na legislação federal que regulamenta a profissão, necessária para as feiras de artesanato, e ocorre por meio de diálogo entre a Diretoria de Planejamento e Monitoramento desta SMPU com a Diretoria de Artesanato da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico. Nesse processo é encaminhada a lista dos participantes classificados nos editais, que são priorizados no agendamento para emissão da Carteira Nacional de Artesão. Além disso, antes de cada nova publicação, é realizado alinhamento com a Diretoria de Artesanato a respeito do impacto que os editais podem causar no agendamento. Por fim, esclareça-se que a carteira vem sendo exigida apenas por ocasião do licenciamento, e não como condição para a inscrição, o que garante ao interessado tempo suficiente para obtenção do documento.



Além disso, são mantidos atendimentos por e-mail (gecou@pbh.gov.br) e por *whatsapp* (31.983.950.173) para esclarecimento de dúvidas e orientações sobre a participação nos editais e sobre os licenciamentos

Sendo o que temos para o momento, renovamos nossos cumprimentos.

Atenciosamente,

Maria Fernandes Caldas
Secretária Municipal de Política Urbana



Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>

RESPOSTA À DEMANDA TAG 336703 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO

Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>
Para: Secretaria Municipal de Política Urbana <smpu@pbh.gov.br>

19 de agosto de 2021 12:48

Prezada Cida Tomaz,

Favor colocar resposta no Sistema TAG.

Atenciosamente,

Angela Papa Varela

Subsecretaria de Regulação Urbana - SUREG
Av. Álvares Cabral, 217 | 6º andar | Centro | BH/MG
| EM TELETRABALHO |
| www.pbh.gov.br | www.pbh.gov.br/regulacaourbana

----- Forwarded message -----

De: **Maria Fernandes Caldas**
Date: qua., 18 de ago. de 2021 às 20:59
Subject: Re: PEDIDO DE INFORMAÇÃO - TAG 336703
To: Osmar Henrique Costa Parra <costaparra@pbh.gov.br>
Cc: Subsecretaria de Regulação Urbana <sureg@pbh.gov.br>

De acordo

Maria Fernandes Caldas | Secretária Municipal
Secretaria Municipal de Política Urbana - SMPU | Av. Álvares Cabral, 217 | 06º andar | Centro | BH/MG
3246-0090 | www.pbh.gov.br

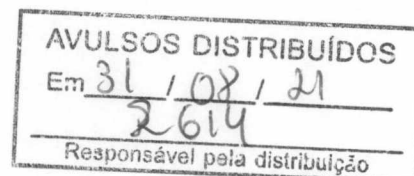
**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

Aviso Legal - Esta mensagem e seus anexos podem conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contida ou tomar qualquer ação baseada nessas informações, sob pena das ações administrativas, cíveis e penais cabíveis. Caso entenda ter recebido esta mensagem por engano, por favor, apague-a, bem como seus anexos, e avise imediatamente ao remetente. Este ambiente é monitorado. A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) informa fazer uso pleno do seu direito de arquivar e auditar, a qualquer tempo, as mensagens eletrônicas e anexos processados em seus sistemas e propriedades, com esta declaração eliminando, de forma explícita, clara e completa, qualquer expectativa de privacidade por parte do remetente e destinatários.

Decreto Municipal nº 15.423/13



OF. 1442 - PEDIDO DE INFORMAÇÃO - Req. 905-2021 - Válido 19.08.21.pdf
137K





OF. SMGO/DALE Nº 360 /2021

Belo Horizonte, 23/08 /2021

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 907/2021** – Vereador **Ciro Pereira** – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 2.466/21, de 05/08/2021.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 907/2021, de autoria do Vereador **Ciro Pereira**, que solicita informações sobre o sistema BHISS Digital.

Consultada, a Secretaria Municipal de Fazenda manifestou-se por meio do Ofício SUREM/SMAICS nº 101/2021, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Guilherme de Souza Barcelos

Diretoria de Acompanhamento Legislativo em exercício
Secretaria Municipal de Governo

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



Ofício SUREM/SMAICS n.º 101/2021

Belo Horizonte, 19 de agosto de 2021

Assunto: TAG SMFA nº 336707– Requerimento de Comissão nº 907/2021

Senhora Secretária,

Em atenção ao Requerimento de Comissão em referência, de autoria do Vereador Ciro Pereira, conforme TAG constante do arquivo anexo, que aborda questões relacionadas com a performance do Sistema BHISS Digital, por meio do qual são disponibilizados serviços relacionados com a emissão, impressão e cancelamento de Notas Fiscais de Serviços Eletrônica – NFS-e, com a geração e transmissão da Declaração Eletrônica de Serviços – DES, dentre outros, apresentamos as considerações a seguir.

Diante de relatos de problemas que estariam dificultando a execução dos serviços do BHISSDigital o autor do Requerimento em questão apresenta o seguinte questionamento:

"Existe algum projeto do Executivo para a implantação de melhorias no sistema BHISS Digital? – No caso de resposta positiva, quais melhorias serão implantadas?"

De plano, salientamos que a Subsecretaria da Receita Municipal está atenta às questões que envolvem o bom desempenho do BHISSDigital e que houve realmente a paralisação programada dos sistemas da Prefeitura, no período de 17 a 21 de junho, com o objetivo de implementarmos melhorias na área de segurança da informação, o que pode ter motivado algumas reclamações de contribuintes em face das restrições temporárias de acesso às funcionalidades do sistema.

Oportuno destacarmos, para demonstrar o porte, a robustez e a usabilidade do BHISSDigital, algumas estatísticas relacionadas com os serviços nele disponibilizados desde a sua implementação, há mais de 10 anos, nos termos do então vigente Decreto nº 13.471, de 30 de dezembro de 2008:

1. 367.475 empresas cadastradas no BHISS, sendo 27.725 cadastradas de janeiro a julho/2021;
2. 20.000.000 (vinte milhões) de notas fiscais eletrônicas de serviços geradas de janeiro a julho de 2021; desse total, cerca de 4.000.000 (quatro milhões) foram geradas com acesso direto ao portal do BHISS Digital;

Ilma. Sra.

Adriana Branco Cerqueira

Secretária Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social

PBH



3. 67.215 usuários pessoas físicas cadastrados, sendo 3.715 cadastrados de janeiro a julho/2021;
4. 18.887 procurações eletrônicas geradas pelo BHISS digital de janeiro a julho/2021;
5. 584.116 NFS-e canceladas pelo sistema de emissão do BHISS Digital no mesmo período.
6. 2.240 solicitações de suporte de janeiro a julho de 2021, em sua grande maioria para recuperação de senha de acesso ao BHISS DIGITAL.

Destacamos, ainda, que realizamos o monitoramento permanente da performance dos serviços do BHISSDigital e que as estatísticas nos asseguram que o sistema funciona habitualmente de forma estável, com um tempo de resposta na casa de fração de segundos ou, quando muito, de poucos segundos, salvo em alguns períodos de pico de acesso, mas nada que possa ser considerado inviabilizante para as atividades dos contribuintes.

Não obstante, informamos que se encontra em desenvolvimento no âmbito desta Subsecretaria da Receita Municipal projetos de melhoria das soluções tecnológicas do BHISSDigital para facilitação do seu uso em duas frentes:

A primeira é a NFS-e Nacional, que talvez seja o maior projeto em andamento na área do ISSQN. Em algum momento no futuro, ela substituirá a nossa NFS-e e teremos um sistema ainda mais robusto, que será utilizado por todos os municípios do Brasil.

A segunda é a simplificação da DES, que deixaria de ser um programa offline para ser uma aplicação web, com possibilidade de comunicação via API (web service). A adesão ao ambiente de dados nacional já seria um primeiro passo nesse sentido, mas envidaremos os esforços necessários para o aprimoramento das funcionalidades dos nossos sistemas.

Face ao exposto, esperamos ter esclarecido satisfatoriamente as questões suscitadas no Requerimento de Comissão em exame e colocamo-nos inteiramente à disposição para eventuais dúvidas que ainda possam persistir.

Atenciosamente,

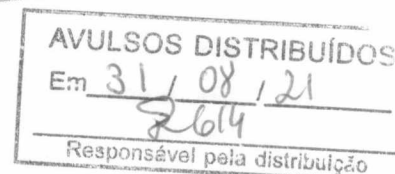
EUGENIO EUSTAQUIO
VELOSO
FERNANDES:49606530604

Assinado de forma digital por
EUGENIO EUSTAQUIO VELOSO
FERNANDES:49606530604
Dados: 2021.08.20 09:32:23 -03'00'

Eugênio Eustáquio Veloso Fernandes
Subsecretário da Receita Municipal

"De acordo"

João Antônio Fleury Teixeira
Secretário Municipal de Fazenda



Belo Horizonte, 24 de agosto de 2021.

Exmo. Sr. Vereador Helinho da Farmácia

Presidente da Comissão de Administração Pública – CMBH.

Exma. Sra. Vereadora Bella Gonçalves

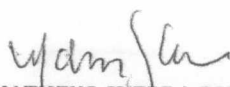
Exma. Sra. Vereadora Iza Lourença

Senhores(as) Vereadores(as),

Segue, em resposta ao **Requerimento Nº 963/2021** da Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, documento elaborado pelo **Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no estado de Minas Gerais – SINARQ MG** contendo dados, informações e análise sobre o conteúdo do **Projeto de Lei Nº 160/2021**, que cria a Superintendência de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte – SUMOB e, por consequência, extingue a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS. O documento apresenta, dentre outros, o perfil dos **Arquitetos e Urbanistas**, empregados públicos concursados da BHTRANS para o cargo de **Analista de transporte e Trânsito e Engenheiro de Segurança do Trabalho**.

Na oportunidade, o SINARQ MG se manifesta em defesa dos trabalhadores, empregados públicos concursados da BHTRANS e pela manutenção de todos os seus direitos trabalhistas, inclusive ao da aposentadoria e se posiciona – como entidade sindical representativa da categoria profissional – contrário aos riscos e à insegurança jurídica que o Projeto de Lei Nº 160/2021 representa não só à empregabilidade dos trabalhadores, mas também ao risco efetivo da descontinuidade da prestação de serviços essenciais no campo dos sistemas de transportes, infraestruturas, trânsito, tráfego, sistema viário, acessibilidade e mobilidade urbanos do município de Belo Horizonte. Fatos que tornam imperativos a responsabilidade pela identificação de vícios de origem na concepção do referido projeto de lei e a tempestiva reparação de danos aos trabalhados, cidadãos e cidade de Belo Horizonte.

Colocamo-nos à disposição para contribuições.


MATHEUS GUERRA COTTA,
Presidente do Sinarq/MG.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE: REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº 963/2021

Seguem as respostas às questões formuladas por meio do **Requerimento de Comissão Nº 963/2021**, Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Belo Horizonte, exclusivamente referentes aos empregados públicos concursados, **Arquitetos e Urbanistas** ocupantes do cargo de Analista de Transporte e Trânsito de BHTRANS, representados pelo **Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado de Minas Gerais – SINARQ MG**.

QUESITO Nº 01 - Qual é a composição e quantidade atual do quadro de funcionários da BHTRANS, separados por comissionados e concursados, por suas respectivas categorias com a média de idade e média salarial?

A BHTRANS conta hoje com aproximadamente **1055** empregados, dos quais **29** contratados por recrutamento amplo (ocupantes de cargos comissionados) e **299** ocupantes de funções comissionadas. A idade média dos empregados da BHTRANS é de **52** (cinquenta e dois) anos.¹

Do total de empregados da BHTRANS, apenas **22 (vinte e dois)** são **Arquitetos e Urbanistas** ocupantes do cargo de formação superior denominado Analista de Transportes e Trânsito, representados pelo Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de Minas Gerais – SINARQ MG.

Analista de Transporte e Trânsito é a denominação do principal cargo técnico do **Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC (2008)** da BHTRANS responsável por desenvolver atividades técnicas especializadas da área fim (atividades finalísticas) de atuação da BHTRANS: **sistemas de transportes, trânsito, tráfego, sistema viário, acessibilidade e mobilidade urbanos**.

Os **22 (vinte e dois) Arquitetos e Urbanistas** encontram distribuídos nas seguintes diretorias da BHTRANS:

- Presidência – DPR: **01 (um) Arquiteto e Urbanista** = 4,5%
- Diretoria de Planejamento e Informação – DPI: **06 (seis) Arquitetos e Urbanistas** = 27,3%
- Diretoria de Sistema Viário – DSV: **08 (oito) Arquitetos e Urbanistas** = 36,4 %
- Diretoria de Ação Regional e Operação - DRO: **04 (quatro) Arquitetos e Urbanistas** = 18,18%
- Diretoria de Transportes Públicos - DTP: **02 (dois) Arquitetos e Urbanistas** = 9,1% %
- Diretoria de Recursos Humanos – DRH: **01 (um) Arquiteto e Urbanista (Engenheiro de Segurança do Trabalho)** = 4,5%

Do total (22), **07 (sete)** Arquitetos e Urbanistas ocupam, hoje, funções comissionadas, isto é, cerca de **32%** dos empregados.

As faixas de remunerações² dos **Arquitetos e Urbanistas** ocupantes do cargo de **Analista de Transporte e Trânsito** são:

- **sem comissão:** R\$ 7.492,04 a R\$ 15.951,723.

¹ Informações publicadas na mídia a partir de dados fornecidos pela BHTRANS. O SINARQ MG não teve acesso ao banco de dados de pessoal da GEARH/DRH/BHTRANS.

² Conforme Tabela que contém o *relatorio-de-remuneracao-maio-de-2020-agentes-publicos-e-politicos* da Prefeitura de Belo Horizonte publicadas no Portal de Transparência em: www.pbh.gov.br.

³ A evolução salarial ocorre por meio da aplicação do **Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC (2008)** e reajustes feitos mediante **Acordo Coletivo de Trabalho – ACT**, negociado anualmente entre sindicatos e membros representantes da diretoria executiva da BHTRANS. A partir da vigência da **Lei das Estatais (2016)**, as negociações passaram a ser orientadas por meio de deliberações estabelecidas pelo **Comitê de Coordenação de Empresas Estatais – CCEE** da Prefeitura de Belo Horizonte instituído

- com comissão: R\$ 10. 302,33 a R\$ 16.076,494.

QUESITO Nº 02 - Quantos funcionários terão direito adquirido à aposentadoria quando da extinção da BHTRANS, por categoria?

Apesar da extrema relevância do tema, o Projeto de Lei Nº 160/2021 não aborda esta questão.

De acordo com informações, **cerca de 30% dos 1055 empregados** encontram-se aposentados pelo INSS, mantidos os vínculos empregatícios com a BHTRANS mesmo pós-aposentadoria (até a vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019).

Do total de **22 (vinte e dois)** Arquitetos e Urbanistas ocupantes do cargo de Analista de Transporte e Trânsito/ Engenheiro de Segurança do Trabalho existem **05 (cinco)** aposentados pelo INSS, todos em data anterior à vigência da Emenda Constitucional EC Nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Sobre a aposentadoria dos empregados da BHTRANS é possível delimitar **04 (quatro)** situações:

- Empregados Aposentados pelo INSS, em data anterior à vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019 (Aposentadoria integral / Aposentadoria parcial);
- Empregados Aposentados pelo INSS, após à vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019 (desligamento compulsório);
- Empregados Aposentados pelo INSS com idade superior a 75 anos de idade, conforme **Orientação Normativa PGM Nº 011/2016** (desligamento compulsório);
- Empregados públicos concursados, contratados sob regime celetista (Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT), não aposentados.

SITUAÇÃO 01: Empregados Aposentados pelo INSS, em data anterior à vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019 (Aposentadoria integral / Aposentadoria parcial)

Por força da **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – LOMB-BH**, toda autarquia deve ser estruturada por um quadro de servidores contratados sob o regime estatutário. No regime estatutário, o desligamento de aposentados é compulsório, a partir da data da aposentadoria. Desta forma, aprovado o Projeto de Lei Nº 160/2021, **cerca de 30% dos 1055 empregados** encontram-se aposentados pelo INSS, anterior à data anterior à vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019 deverão ser desligados, automaticamente, principalmente se adotado o instrumento de “transposição de cargos” para o aproveitamento de pessoal (corpo técnico da BHTRANS), sem qualquer possibilidade de reintegração.

A situação ficará agravada à medida que o STF já fixou tese, publicada em 16/06/2021, no caso da reintegração de empregados públicos aposentados dos Correios. A tese de repercussão geral se aplica a outros empregados públicos.

(...) “O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão desta quarta-feira, fixou tese de repercussão geral (Tema 606) no Recurso Extraordinário (RE) 655283, em que foi mantida a competência da Justiça

por decreto municipal. Exceção para os casos de aplicação de sentenças transitadas em julgado por aplicação do Salário Mínimo Profissional – SMP, previsto em lei federal, aplicável – dentre outros – aos profissionais graduados em **Arquitetura e Urbanismo**.

4 A remuneração dos profissionais ocupantes de **funções comissionadas** é a exata somada do salário base obtido pela aplicação do Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC (2008), acrescido de valor da comissão (variável por cargo). Aplica-se índice de reajuste salarial, baseado no INPC, mediante Acordo Coletivo de Trabalho.

Comum (federal ou estadual) para julgar a legalidade da dispensa ou da reintegração de empregados públicos em decorrência de sua aposentadoria. No julgamento do RE, que trata de empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), também foi definido que a concessão de aposentadoria encerra o vínculo empregatício, exceto para os empregados que tenham se aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) até a entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019.

O RE havia sido julgado na sessão virtual encerrada em 12/3. Na sessão telepresencial de hoje, prevaleceu a tese de repercussão geral proposta pelo ministro Dias Toffoli, servirá como parâmetro para a resolução de, pelo menos, 1739 casos semelhantes que estão aguardando julgamento:

“A natureza do ato de demissão de empregado público é constitucional-administrativa e não trabalhista, o que atrai a competência da Justiça comum para julgar a questão. A concessão de aposentadoria aos empregados públicos inviabiliza a permanência no emprego, nos termos do artigo 37, parágrafo 14, da Constituição Federal, salvo para as aposentadorias concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social⁵ até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional 103/2019, nos termos do que dispõe seu artigo 6º.”
(Processo relacionado: **RE 655283**).

Nesta perspectiva, entende-se que a **Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte - PGM BH** deva ser acionada a se pronunciar, mediante emissão de parecer jurídico devidamente fundamentado, sobre a possibilidade de desligamento compulsório de **TODOS** os empregados aposentados, mediante possibilidade de **“transposição de cargos”** dos empregados celetistas da BHTRANS para a futura autarquia estatutária (SUMOB/SMPU).

SITUAÇÃO 02: Empregados Aposentados pelo INSS, após a vigência da Emenda Constitucional - EC 103/2019 (desligamento compulsório)

Em 23 de abril de 2020, a Diretoria de Recursos Humanos – DRH da BHTRANS publicou comunicado esclarecendo o conteúdo da Emenda Constitucional EC Nº 103, de 12 de novembro de 2019, que altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias, incluindo a redação do art. 37 da Constituição Federal o § 14:

§ 14. A **aposentadoria** concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição.

Assim, via de regra, todos os empregados que já se aposentaram ou que vierem a aposentar **após a promulgação da referida EC 103, de 12/11/2019**, devem comunicar imediatamente à Gerência de Administração e Recursos Humanos - GEARH, para que tenham o seu contrato de trabalho encerrado. Por se tratar de regra constitucional, não há nenhuma governabilidade e prerrogativa em manter os

⁵ **Regime Geral de Previdência Social (RGPS)** é o conjunto de regras que estabelecem os direitos e deveres relacionados ao regime público de previdência social no Brasil. É o regime jurídico que abarca a população em geral, como os trabalhadores da iniciativa privada e os contribuintes individuais (empresários e autônomos, por exemplo), **desde que contribuam para o regime**. Ver **LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991** e suas sucessivas alterações, que “Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”.

contratos de trabalho vigentes. Cabe à da BHTRANS cumprir a regra constitucional, compulsoriamente. Sobre a aplicação da **EC 103/2019** foram esclarecidas, de forma objetiva, algumas das questões recorrentemente formuladas pelos empregados:

1. O empregado que se aposentou antes da EC 103/2019, ou seja, até 12/11/2019, terá o seu contrato de trabalho encerrado?

R: Não.

2. O empregado que teve a data de vigência da aposentadoria anterior à EC 103/2019, mas o benefício foi concedido após 12/11/2019 com efeitos retroativos, terá o seu contrato encerrado?

R: Não

3. O empregado que requereu a aposentadoria após a EC 103/2019 e desistiu formalmente do benefício antes da sua concessão, terá o seu contrato de trabalho encerrado?

R: Não

4. A utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, mesmo que parcialmente, acarretará no encerramento do contrato?

R: Sim, para os benefícios com data de vigência posterior à EC 103/2019.

SITUAÇÃO 03: Empregados Aposentados pelo INSS com idade superior a 75 anos de idade, conforme Orientação Normativa PGM Nº 011/2016 (desligamento compulsório).

Cabe destacar sobre a questão da aposentadoria de empregados públicos, a **Procuradoria-Geral do Município – PGM** publicou no Diário Oficial – DOM, de 9 de janeiro de 2016, **Orientação Normativa PGM Nº 011/2016** que trata da aposentadoria compulsória dos empregados públicos aos 75 (setenta e cinco) anos de idade:

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 114 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, art.14 e art. 15, inciso II, da Lei Municipal n.º 9.011/2005 e, em especial, art. 2º e art. 4º do Decreto Municipal n.º 15.256/2013;

*Considerando a Orientação Normativa PGM Nº 003/2013;
Considerando a publicação da Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015;*

Resolve aprovar a seguinte ORIENTAÇÃO NORMATIVA:

Art. 1º. A partir da data da publicação da Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015, a aposentadoria compulsória dos **empregados públicos** dar-se-á aos 75 (setenta e cinco) anos de idade.

Art. 2º. Esta Orientação Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 04 de janeiro de 2016

Rúsel Beltrame Rocha
Procurador-Geral do Município

Do total de 22 Arquitetos e Urbanistas, somente **05 (cinco)** são aposentados pelo INSS. Destes cinco, até a presente data, somente **01(um)** empregado, Arquiteto e Urbanista ocupante do cargo de Analista de Transporte e Trânsito, enquadra-se no estabelecido pela referida **Orientação Normativa PGM Nº 011/2016**. Este empregado ainda não foi desligado. Outros **03(três)** do total de **05 (cinco)** aposentados encontram-se com idades próximas a 75 anos, (entre 70 e 75 anos).

SITUAÇÃO 04: Empregados não Aposentados pelo INSS.

Trata-se de situação predominante no grupo de empregados, Arquitetos e Urbanistas ocupantes do cargo de Analista de Transporte e Trânsito. **17 (Dezessete)** dos **22 (vinte e dois) Arquitetos e Urbanistas** são empregados públicos concursados **ainda não aposentados pelo INSS** que terão seus direitos adquiridos à aposentadoria comprometidos a partir da vigência da lei municipal de criação da SUMOB / extinção da BHTRANS. O direito à aposentadoria destes empregados pode ser prejudicado, minimamente, por 02(dois) problemas:

- Perda do vínculo empregatício dos empregados públicos concursados mediante extinção da BHTRANS, que poderá ocorrer a qualquer tempo, em um prazo máximo de 15 (quinze) anos, conforme prevê o Projeto de Lei Nº 160/2021;
- Falta de jurisprudência pacificada no Supremo Tribunal Federal - STF para a figura da “**transposição de cargos**” [de empregado celetista (BHTRANS) para servidor estatutário (SUMOB)] mediante aproveitamento parcial de quadro de empregados públicos concursados. Essa situação pode, também, a qualquer tempo, gerar futuros questionamentos jurídicos e, consequentes demissões comprometendo o direito à aposentadoria. Neste sentido, a Diretoria do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, em parecer sobre o PL Nº 160/2021, datado de 30/07/2021, adverte que:

*(...) “Ao estabelecer prazo de 15 anos para a extinção da empresa, o PL pressupõe o encerramento de todos os vínculos trabalhistas dentro deste interim, sem previsão de possibilidade de prorrogação. Assim, ao fim de 15 anos, as relações trabalhistas remanescentes deverão se encerrar por meio de rescisão contratual, **sem possibilidade de transposição para outra entidade ou órgão, em decorrência de vedação constitucional**. Isso se aplica também às relações trabalhistas ainda não rompidas em decorrência de aposentadoria por invalidez. Ressalta-se a inexistência de estabilidade em emprego público, uma vez que a relação de vínculo é celetista. No caso de extinção, a demissão é sem justa causa, com o pagamento das indenizações devidas, como expressamente determina a CLT, no seu artigo 449.” (...)*

Nesta perspectiva, entende-se que a **Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte - PGM BH** deva ser acionada, tempestivamente, a se pronunciar, mediante emissão de parecer jurídico devidamente fundamentado, sobre as situações de fragilidade e insegurança jurídicas que envolvem a empregabilidade do grupo de empregados públicos concursados da BHTRANS ainda não aposentados pelo INSS.

QUESITO Nº 03 - Quantos funcionários não terão direito adquirido à aposentadoria quando da extinção da BHTRANS, por categoria, com seus respectivos tempos faltantes para aquisição do direito à aposentadoria?

Apesar da extrema relevância do tema, o Projeto de Lei Nº 160/2021 não aborda esta questão, a partir de um efetivo diagnóstico detalhado da situação de **TODOS** os empregados da BHTRANS, caso a caso, visando dimensionar – de forma responsável - o tamanho deste problema.

Como o prazo máximo de liquidação da BHTRANS é de **ATÉ 15** (quinze) anos, entende-se que **TODOS** os empregados públicos, Arquitetos e Urbanistas, salvo aqueles já aposentados em datas anteriores a 12

de dezembro de 2019 (**EC 103**), terão seus direitos adquiridos à **aposentadoria** na administração pública municipal comprometidos. Isso representa, hoje, cerca de **77% dos empregados**, Arquitetos e Urbanistas ocupantes do cargo de Analista de Transportes e Trânsito (representados pelo SINARQ MG).

A Diretoria de Recursos Humanos – DRH da BHTRANS deverá ser acionada a apresentar, tempestivamente, um diagnóstico contendo a análise detalhada da situação, caso a caso. Os dados necessários à análise não são disponibilizados para o acesso público, dificultando a análise pormenorizada das entidades sindicais representativas das categorias profissionais abrangidas pela BHTRANS.

QUESITO Nº 04 - Há possibilidade de extinção da BHTRANS antes do prazo de 15 anos mediante vacância dos cargos em razão de demissão de seus funcionários pela empresa ou é garantida a permanência dos funcionários durante esse prazo?

Apesar da extrema relevância do tema, o **Projeto de Lei Nº 160/2021** não aborda esta questão, diretamente vinculada não só à empregabilidade, mas também à continuidade da **prestação de serviços de natureza essencial** no campo dos sistemas de transportes, trânsito, tráfego, sistema viário, acessibilidade e mobilidade urbanos (CF/88).

De início, é importante que seja esclarecida a base metodológica utilizada para o dimensionamento e a definição do prazo de até 15 (quinze) anos para a liquidação da BHTRANS, conforme estabelecido no Projeto de Lei Nº 160/2021.

A Diretoria do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, em parecer sobre o PL Nº 160/2021, datado de 30/07/2021 alerta que:

*(...) “Ao estabelecer prazo de 15 anos para a extinção da empresa, o PL pressupõe o encerramento de todos os vínculos trabalhistas dentro deste interím, **sem previsão de possibilidade de prorrogação**. Assim, ao fim de 15 anos, as relações trabalhistas remanescentes deverão se encerrar por meio de rescisão contratual, **sem possibilidade de transposição para outra entidade ou órgão, em decorrência de vedação constitucional**. Isso se aplica também às relações trabalhistas ainda não rompidas em decorrência de aposentadoria por invalidez. Ressalta-se a inexistência de estabilidade em emprego público, uma vez que a relação de vínculo é celetista. No caso de extinção, a demissão é sem justa causa, com o pagamento das indenizações devidas, como expressamente determina a CLT, no seu artigo 449.” (...)*

Entende-se que a concepção do Projeto de Lei – PL Nº 160/2021, possui inúmeras fragilidades jurídicas (**vícios de origem**) à medida que propõe:

- Possibilidade de aproveitamento – parcial - de empregados públicos concursados contratados via concurso público sob o regime celetista em uma estrutura autárquica com regime de contratação de servidores públicos estatutários, utilizando-se da figura da **“transposição de cargos”**, não pacificada juridicamente pelo Supremo Tribunal Federal – STF, podendo gerar questionamentos jurídicos diversos a qualquer tempo;
- Aplicação de instrumento de cessão de empregados públicos, **ex officio**, para outros órgãos e entidades da Prefeitura de Belo Horizonte mediante seleção de adequado perfil profissional (formação, experiência e expertises), conforme dispõe o **artigo tal**.
- Possibilidade de adoção de instrumentos do tipo **contrato, convênio, outros instrumentos congêneres**, para a realização de atividades técnicas finalísticas da BHTRANS, conforme estabelecido no Projeto de Lei Nº 160/2021.

Estas condicionantes, também, restringem o efetivo aproveitamento de empregados públicos concursados da BHTRANS em outros órgãos e entidades da administração pública municipal sob base jurídica pacificada.

Outro recurso disponível no Projeto de Lei são os **de contrato, convênio ou outro instrumento congênere**. Um empregado pode estar vinculado à massa falida da BHTRANS (sociedade de economia mista extinta) e ser cedido por meio de **convênio, contrato ou outro instrumento** para outros órgãos e entidades da administração pública municipal. Estes instrumentos extinguem-se automaticamente com a liquidação da BHTRANS, que pode ocorrer a qualquer tempo, em **ATÉ 15** (quinze) anos, extinguindo – por consequência – o vínculo empregatício, prejudicando o direito adquirido sobre a **aposentadoria integral** dos empregados concursados da BHTRANS.

Uma questão relevante que se encontra **sem previsão** no texto do **Projeto de Lei Nº 160/2021** é a que se refere aos **critérios objetivos de aproveitamento de parte** dos empregados públicos concursados da BHTRANS na futura SUMOB, mediante **adequada seleção de perfil profissional**, como bem esclareceu a Secretária Maria Fernandes Caldas da Secretaria Municipal de Políticas Urbanas - SMPU, estrutura da administração direta à qual estará vinculada a futura SUMOB, em audiência pública ocorrida na CMBH, em 29/07/2021.

O aproveitamento de empregados públicos em uma autarquia estatutária cria fragilidade jurídica, mediante possível geração de danos irreparáveis para o empregado e administração públicos no que se refere à continuidade da prestação de serviços de natureza essencial no campo da mobilidade urbana, mediante falta de base jurídica pacificada no STF.

O **aproveitamento parcial** de pessoal, por meio da cessão **ex officio**, recai sobre a discussão jurídica ainda não pacificada no Supremo Tribunal Federal - STF, sobre a denominada **“transposição de cargos”**.

Sabe-se que a questão de **“transposição de cargos”** não está pacificada no STF, mesmo para aqueles empregados que ingressaram no serviço público por meio de concurso público. Existem decisões monocráticas que podem, a qualquer tempo ser julgadas improcedentes por decisão plenária do STF.

Decisão **monocrática** do ministro Luiz Fux (STF), proferida em 26/03/2021, analisa a realização da **transposição de cargos**:

“STF vai decidir se funcionários de empresas públicas do Amapá podem ser aproveitados como servidores: O recurso que discute a validade do dispositivo da Constituição estadual que permite a opção teve repercussão geral reconhecida. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá se é possível o aproveitamento, a absorção ou a transposição de empregado público de sociedade de economia mista para o quadro estatutário da administração pública do Estado do Amapá. A controvérsia sobre a constitucionalidade do artigo 65-A da Constituição estadual, objeto do recurso Extraordinário (RE) 1232885, teve repercussão geral reconhecida (Tema 1128) pelo Plenário Virtual.

Aproveitamento

No caso dos autos, o Tribunal de Justiça do estado (TJ-AP) reconheceu o direito de funcionários da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) de optarem por ingressar nos quadros funcionais do estado, com fundamento no artigo 65-A da Constituição estadual. O dispositivo prevê que, em caso de extinção, fusão, incorporação ou transferência de propriedade para iniciativa privada ou para a União de empresa pública constituída na época do extinto Território do Amapá, o empregado que tenha ingressado por concurso público em determinadas pessoas

jurídicas poderá optar por ser aproveitado no quadro de pessoal da administração pública estadual.

Concurso público

No recurso ao STF, o governo estadual alega que o aproveitamento desses funcionários em cargos efetivos e estatutários afronta a regra da Constituição Federal que veda a investidura de servidor sem a aprovação em concurso público (artigo 37, inciso II). Também sustenta que a transposição é impossível mesmo que os funcionários sejam concursados, por ausência de compatibilidade entre o cargo que ocupam atualmente e qualquer cargo disponível na administração direta. Aponta, ainda, violação da Súmula Vinculante 43 do STF, que **considera inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie a investidura de servidor, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.**

Multiplicidade de casos

Em sua manifestação, o relator, ministro Luiz Fux, constatou que a matéria tem relevância econômica, social e jurídica para o reconhecimento da repercussão geral e destacou seu potencial impacto em outros casos, diante da interposição de múltiplos recursos com o mesmo objeto. Segundo Fux, a resolução da controvérsia pela sistemática da repercussão geral balizará a atuação administrativa do Estado perante o jurisdicionado. **“Essa multiplicidade de recursos reclama solução que prestigie a uniformidade do direito aos casos idênticos”,** afirmou e é bem realçada no juízo primeiro de admissibilidade, o qual determinou a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes que tratem sobre a transposição de servidores celetistas da Companhia de Eletricidade do Amapá para estatutários”, afirmou. (Processo relacionado: **RE 1232885**)”.

Outra decisão monocrática do Ministro Fux confirma validade de lei que converteu celetistas concursados em estatutários, em Guarulhos, São Paulo:

*Fux considerou precedente da Corte no sentido de que a **transposição de regimes deve ser vedada somente se o servidor celetista não tiver prestado concurso público.***

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, deferiu pedido do Município de Guarulhos (SP) para suspender decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) que julgou inconstitucional lei municipal que converteu aproximadamente 20 mil servidores celetistas em estatutários.

Ao proferir a decisão, Fux lembrou que a Suprema Corte tem precedente no sentido de que **a transposição de regimes seria inconstitucional apenas em relação aos servidores celetistas não aprovados em concurso público.**

O ministro observou que **a lei municipal, além de se direcionar exclusivamente aos aprovados em concurso, não interfere nas funções realizadas, nos salários ou na carga horária.** Com esse entendimento, Fux ressaltou que a discussão sobre a adequação da norma à

Constituição, em relação à regra do concurso público (artigo 37, inciso II), deverá ser realizada no âmbito do STF, que tem jurisprudência pacificada no sentido da inexistência de direito adquirido a regime jurídico.

Na Suspensão de Liminar (SL) 1402, o município sustentou que a edição da lei se deu em observância ao artigo 39 da Constituição Federal (que trata da política de administração e remuneração de pessoal) e à jurisprudência do STF sobre a obrigatoriedade da instituição do regime jurídico único. Também alegou que a decisão do TJ resultaria no retorno de milhares de servidores ao regime celetista, o que geraria enorme impacto orçamentário para a reorganização da administração.

Fux considerou haver risco à economia pública decorrente do imediato cumprimento da decisão do tribunal estadual, na medida em que o número de servidores afetados pela lei municipal é muito elevado.

Além disso, analisou que a anulação da transposição tem potencial de gerar a obrigação da municipalidade ao recolhimento retroativo de verbas destinadas ao FGTS e ao INSS, o que geraria relevante impacto financeiro.

Processo relacionado: SL 1402

O fato é que as decisões monocráticas podem ser invalidadas por decisão plenária votada de forma colegiada em plenária do STF, a qualquer tempo.

As indefinições de pontos de extrema relevância para a necessária **segurança do jurídica** do Projeto de Lei Nº 160/202 põem em questão os instrumentos utilizados em sua **concepção** (vícios de origem), por efetiva falta de pacificação jurídica pelo Supremo Tribunal Federal - STF. Neste sentido, entende-se que:

- A **Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte – PGM BH** deva ser acionada, oficialmente, para manifestar-se por meio de parecer contendo a validação da legalidade e jurisprudências dos instrumentos utilizados na **concepção** do PL Nº 160/2021, sob pena de perda dos vínculos empregatícios, em massa, dos empregados concursados da BHTRANS com consequentes e irreparáveis prejuízos à prestação dos serviços de naturezas essenciais no campo dos sistemas de transportes, trânsito, tráfego, sistema viário, acessibilidade e mobilidade urbanos no âmbito do município de Belo Horizonte;
- O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE MG deva ser consultado - oficialmente - sobre metodologia utilizada no dimensionamento do prazo de liquidação da BHTRANS, conforme definido no Projeto de Lei Nº 160/2021;
- Sejam eliminados, tempestivamente, os **vícios de origem** contidos na concepção do Projeto de lei Nº 160/2021.

QUESITO Nº 05 - Quanto à possibilidade de cessão dos empregados públicos da BHTRANS, ex officio, aos órgãos e entidades do Poder Executivo: a) em caso de encerramento gradual de determinadas atividades da BHTRANS, a cessão será aplicada a todos os empregados cuja atividade foi encerrada ou ficará a cargo da discricionariedade da Administração Pública? b) em caso de encerramento total das atividades da BHTRANS, as cessões se manterão ou será encerrado o vínculo empregatício dos funcionários?

Assim como a possibilidade de realizar **convênios, contratos ou outros instrumentos congêneres**, a possibilidade de cessão dos empregados públicos da BHTRANS, **ex officio**, aos órgãos e entidades do Poder Executivo se encontra no campo da obscuridade, cabendo detalhamento objetivo das

possibilidades jurídicas, critérios e meios para a aplicação deste instrumento no texto formulado para o PL Nº 160/2021, **mediante aplicação de clara jurisprudência.**

Salvo melhor juízo, a cessão *ex officio* é um instrumento jurídico de aproveitamento de pessoal, sob interesse exclusivo da administração pública, previsto no Estatuto do Servidor (contratado sob regime estatutário).

Neste sentido, identifica-se que na formulação do texto do PL Nº 160/2021 existe uma clara mistura de conceitos e instrumentos de regimes de contratações distintos (celetistas x estatutários), que geram insegurança e fragilidades ainda não pacificados no campo jurídico.

A fragilidade jurídica da aplicação da cessão *ex officio* de empregados a órgãos e entidades da administração pública municipal está, portanto, diretamente vinculada à empregabilidade e a garantia da continuidade da prestação dos serviços de natureza essencial no campo da mobilidade urbana no âmbito do município de Belo Horizonte, não podendo ser objeto de futuro detalhamento de decreto que regulamentará a Lei de criação da SUMOB/extinção da BHTRANS, mas sim de adequada e segura solução jurídica na formulação do texto do Projeto de Lei Nº 160/2021.

QUESITO Nº 06 - Quais medidas serão tomadas para evitar o desemprego em relação aos funcionários que não tiverem direito adquirido à aposentadoria quando da extinção da BHTRANS?

Apesar da extrema relevância do tema, o **Projeto de Lei Nº 160/2021** não aborda esta questão, isto é, a de evitar o **desemprego** dos empregados públicos que não tiverem **direito adquirido à aposentadoria**, quando da extinção da BHTRANS, principalmente se considerarmos as **fragilidades jurídicas da concepção do PL** já mencionadas anteriormente.

Ao contrário, recorrentemente, os representantes do poder executivo mencionam a intenção em realizar estudos para implementar **Programa de Demissão Voluntária – PDV** e **Programa de Aposentadoria Incentivada – PIA**. Os estudos de viabilidade, recursos e benefícios, bem como - quais e quantos - empregados seriam abrangidos por estes programas, não foram apresentados e nem tampouco considerados na concepção do **Projeto de Lei Nº 160/2021**.

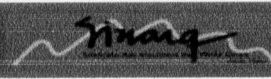
Diante de recorrentes questionamentos dos empregados públicos concursados da BHTRANS, representantes do executivo justificam que os programas deverão ser objeto de detalhamento da lei por meio de decreto, posteriormente. O fato é que não existe reserva de recursos orçamentários ou qualquer tipo de autorização de suplementação de recursos orçamentários para estes fins específicos feitos a partir de programas de demissão e aposentadoria, efetivamente consolidados.

Promessas e intenções se sobrepõem à real possibilidade da oferta de programas voltados para a demissão e aposentadoria dos empregados concursados da BHTRANS, que - pela natureza, finalidade e efetividade da aplicação destes instrumentos - devem ser vantajosos e atrativos.

QUESITO Nº 07 - Quais medidas serão tomadas para garantir a continuidade e o acúmulo da expertise adquirida ao longo dos anos pelos atuais funcionários da BHTRANS quando da transição para a prestação do serviço pela SUMOB?

Importante afirmar que a atuação profissional no campo dos sistemas de transportes, trânsito, tráfego, sistema viário, acessibilidade e mobilidade urbanos exige:

- a) formação e habilitação junto ao conselho profissional para o exercício legal de profissão regulamentada (Arquitetura e **URBANISMO**);
- b) Aprimoramento técnico-profissional continuado, voltado para as especialidades necessárias aos campos de atuação e competências da BHTRANS, compatível com as evoluções e transformações conceituais, metodológicas, tecnológicas, técnicas, legais e



normativas às quais estão sujeitas este campo de conhecimento da **MOBILIDADE URBANA** e, portanto, do **URBANISMO**.

- c) expertise para o exercício de atividades técnicas especializadas no campo das políticas públicas de **MOBILIDADE URBANA** e, portanto, do **URBANISMO**, do **PLANEJAMENTO URBANO** (integrado) e do **PLANEJAMENTO DA MOBILIDADE URBANA** (setorial integrado) previstos clara e objetivamente no conjunto de legislações e normativos que regulamentam a profissão de Arquitetura e Urbanismo em âmbito nacional (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU BR);
- d) experiência profissional especializada para atuar no campo da mobilidade urbana que é adquirida pelos empregados, em suas diversas especialidades, no exercício cotidiano de suas atividades técnicas;

Dada a especificidade das competências e atividades técnicas especializadas desempenhadas pelo corpo técnico de empregados da BHTRANS não se encontram, no mercado de trabalho, profissionais aptos a realizarem, de pronto, a prestação de serviços na área de competência e atribuições da atual BHTRANS ou futura SUMOB, principalmente no que se refere à execução de atividades finalísticas, hoje realizadas – principalmente – pelos profissionais ocupantes dos seguintes cargos de linha: **Analistas de Transporte e Trânsito, Analista de Tarifas e Custos, Técnico de transporte e Trânsito, Analista de Sistemas de Tráfego**, conforme atribuições estabelecidas no Plano de Cargos, Salários e Carreiras (2008), vigente.

A especificidade técnica da área exige que os profissionais realizem constantes aprimoramentos técnicos-profissionais em cursos lato sensu (especializações) e stricto sensu (mestrado, doutorado, Pós-doutorado), necessidade reconhecida por critérios de promoção por escolaridade previstos no Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC da BHTRANS (2008).

Neste sentido, o quadro de empregados da BHTRANS possui alta qualificação técnico-profissional adquirida durante os 30 anos de existência da empresa, informação que pode ser aferida, de forma objetiva, por meio de requerimento junto à Gerência de Administração e Recursos Humanos – GEARH da Diretoria de Recursos Humanos – DRH/BHTRANS (Srª Júlia Costa Gallo, atual Diretora de Recursos Humanos da BHTRANS). Esta formação exige contínuo investimento de recursos públicos na qualificação e aprimoramento contínuo de sua equipe técnica.

Hoje, todos os profissionais graduados em **Arquitetura e Urbanismo**, contratados por meio de concurso público, atuam no cargo de **Analista de Transporte e Trânsito**, a exceção do **Engenheiro de Segurança do Trabalho** (Arquiteto e Urbanista, especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho)⁶.

Recorrentemente, representantes do executivo afirmam que o atual quadro de empregados celetistas da BHTRANS realizará o **treinamento** dos futuros servidores estatutários da SUMOB a serem contratados por meio concursos públicos (estratégia perversa de transição entre entidades gestoras para continuidade da prestação de serviços essenciais à cidade no campo da mobilidade urbana).

Diagnóstico preliminar realizado pela atual direção da BHTRANS aponta para a existência de expressivo número de profissionais com experiência entre 10 e 30 anos⁷, que podem ser categorizados, segundo

6 O exercício desta atividade exige a realização de Anotação de título de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. É a anotação que indica que o arquiteto e urbanista possui especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e que o habilita a atuar nas atividades privativas dessa área (Legislação relacionada: Resolução CAU/BR nº 162/2018; Decreto nº 92.530/1986; Lei nº 7.410/1985; Lei nº 12.378/2010).

7 Muitos dos empregados contratados a partir do primeiro certame de concurso público (1992), possuíam experiência em órgãos públicos antecessores à BHTRANS (empresa criada em 1991 por força da Constituição de 1988): PLAMBEL, METROBEL, TRANSMETRO, DEER MG e outros. O primeiro concurso exigia experiência diferenciada para ocupar diferentes níveis de um mesmo cargo: Analista de Transporte e Trânsito I, II e III; Analista de Projetos Viários I, II e III (cargo extinto em 2008). Para o **Nível I** (exigência de **dois** anos na área de atuação fim do cargo); **Nível II** (exigência de **cinco** anos de experiência na área de atuação fim do Cargo); **Nível III** (exigência de **oito** anos de experiência na área de atuação fim do Cargo). Desta forma, hoje, na BHTRANS existem profissionais com experiência superior a 30 anos na área fim de sua atuação.

critérios de mercado de trabalho, como profissionais de nível SÊNIOR. Em contrapartida, segundo estes mesmos critérios, identifica-se efetiva ausência de profissionais dos níveis PLENO, JÚNIOR ou TRAINEE.

Este quadro de profissionais foi sendo consolidado ao longo de 30 anos de existência da BHTRANS, desde 1991 até 2021.

A hierarquia funcional categorizada em níveis I, II e III ou Sênior, Pleno, Júnior e Trainee foram eliminadas pelas sucessivas alterações do Plano de Cargos, Salários e Carreiras, vigente até 2008, ano em que foi homologado - por meio de acordo judicial - o PCSC da BHTRANS, vigente até a presente data.

O atual Presidente da BHTRANS, Sr. Diogo Oscar Borges Prosdociimi, chegou a caracterizar esta situação, em entrevista, por meio de conhecida expressão popular: **"Muito cacique para pouco índio"**.

Se existe algum tipo de diagnóstico empresarial realizado pela atual direção da BHTRANS, este não foi publicizado, nem tampouco posto ao debate entre os empregados da BHTRANS, conselhos ou sindicatos representantes das categorias profissionais abrangidas pela BHTRANS, a exemplo do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado de Minas Gerais – SINARQ MG e demais entidades representativas das categorias profissionais abrangidas pela BHTRANS, atualmente.

Por fim, é indiscutível afirmar que o empregado público concursado da BHTRANS, constitui acervo público vivo de sua história, memória e legados, constituindo importante recurso para o treinamento de outros empregados concursados da futura SUMOB.

QUESITO Nº 08 - Quais os estudos, pesquisas e conclusões embasam as disposições referentes ao funcionalismo público da BHTRANS constantes no PL160/2021? Favor enviar os documentos.

Sabe-se que o Projeto de Lei Nº 160/2021, que *"Cria a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte e dá outras providências"*, foi elaborado no Gabinete do Vereador Gabriel Sousa Marques Azevedo (Sem Partido) como produto de prévias articulações e discussões com representantes do poder executivo, exclusivamente.

O Projeto de Lei foi lançado em evento noticiado pelas mídias ocorrido na Prefeitura de Belo Horizonte, em julho de 2021, com as presenças do Prefeito Alexandre Kalil, Vereador Gabriel Azevedo e Presidente da BHTRANS Diogo Oscar Borges Prosdociimi.

Em seguida, foi numerado no sistema da Câmara Municipal com abertura do processo de tramitação (**Autoria:** Executivo: Mensagem nº 11, de 15/07/2021). O projeto foi encaminhado pelo executivo, à pessoa da Presidente da CMBH, Vereadora Nely Aquino, com a seguinte justificativa:

(...) "Submeto à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares o projeto de lei que cria a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. O projeto cria a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte — SUMOB —, autarquia vinculada à Secretaria Municipal de Política Urbana — SMPU —, dotada de autonomia orçamentária, financeira, técnica, funcional, administrativa e poder de polícia, além de autorizar a extinção da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A — BHTRANS. A inovação trazida pelo projeto vai muito além da alteração da denominação e da natureza jurídica da entidade executiva de trânsito do Município. A criação da SUMOB irá contribuir para modernizar o planejamento e a gestão da mobilidade urbana e do serviço de transporte, viabilizando a adoção de soluções eficientes e adequadas ao atendimento das demandas dos cidadãos. Destaque-se a vinculação da autarquia à SMPU, o que irá facilitar o planejamento e a execução das intervenções de trânsito e das ações de fiscalização do cumprimento dos contratos de concessão, sem prejuízo da autonomia da entidade. O

Fundo de Transportes Urbanos — FTU — passa a se denominar Fundo Municipal de Mobilidade Urbana — FMU —, sob gestão da SMPU, destinando-se a subsidiar, financiar e repassar recursos para despesas relativas à mobilidade urbana, ao trânsito e ao transporte público municipal. Certo de que este projeto de lei receberá a necessária aquiescência de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, submeto-o a seu regular processamento, renovando protestos de esta consideração."
ASSINA Alexandre Kalil, Prefeito Belo Horizonte.

Os empregados afirmam **desconhecer** qualquer tipo de estudo, pesquisa, diagnóstico e conclusões que embasam as disposições referentes aos empregados públicos da BHTRANS constantes no PL Nº 160/2021.

Se existem, até a presente data, não foram publicizados, nem tampouco colocados ao debate com os principais interessados: os empregados públicos concursados da BHTRANS e os diversos setores da sociedade civil.

Reitera-se a necessidade de prévia emissão de parecer jurídico pela **Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte – PGM/BH** que apresente a fundamentação jurídica e jurisprudências sobre os instrumentos utilizados na **concepção** e formulação do texto do Projeto de Lei Nº 160/2021.

QUESITO Nº 09 - Considerando a disposição do PL 160/2021 de que "a atividade finalística da BHTRANS poderá ser realizada por meio de terceirização, conforme regulamento", o que gera profunda preocupação com a terceirização do serviço público, que tipo de atividade finalística poderá ser realizada por meio de terceirização? a) Há projeção de utilização de mão de obra terceirizada para realizar atividades atualmente exercidas por funcionários concursados? Favor especificar e quantificar.

O **artigo 17** do Projeto de Lei – **PL Nº 160/2021** estabelece que "*a atividade finalística da BHTRANS poderá ser realizada por meio de terceirização, conforme regulamento*". Sobre a terceirização da atividade finalística da BHTRANS, há de se discutir, dentre outras, as seguintes questões:

- A BHTRANS é estruturada por **Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC (2008)**;
- Os atos referentes ao **poder de polícia** (legislação, consentimento, fiscalização e sanção) são parcialmente delegáveis.:

O "**poder de polícia** pode ser conceituado como o **dever estatal** de limitar-se o exercício da propriedade e da liberdade em favor do interesse público." (...) As atividades que envolvem a consecução do **poder de polícia** podem ser sumariamente divididas em **quatro grupo**, a saber: (i) **legislação**, (ii) **consentimento**, (iii) **fiscalização** e (iv) **sanção**." (...) "**Somente os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis**, pois aqueles referentes à **legislação** e à **sanção** derivam do poder de coerção do Poder Público." (FONTE: Processo de Poder de Polícia – BHTRANS julgado pelo STF).

a) Em relação ao **Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC** da BHTRANS:

O **Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC** da BHTRANS foi homologado por meio de acordo na Justiça do Trabalho pelo **SINTAPPI MG** que, à época representava todas as categorias profissionais abrangidas pela BHTRANS (de 1993 a 2011), incluindo os **Arquitetos e Urbanistas** ocupantes do cargo de **Analista de Transportes e Trânsito**.

Este instrumento de gestão de pessoas foi consolidado e vem sendo aplicado, desde o ano de 2008. O **Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCSC (2008)** vigente na BHTRANS originou-se de **decisão judicial**

no Processo 000679-2004-111-03-00-4 da 32ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, após anulação do Plano de carreiras anterior, caracterizando-se “coisa julgada”.

A não aplicação deste acordo judicial, com sentença transitada em julgado, desde 2008, a partir de sua extinção conforme previsto no artigo 16, §2º do Projeto de Lei Nº 160/2021:

(...) “Art.16 – Ficam vedados novos ingressos para os empregos públicos de carreira que compõem o quadro de pessoal da BHTRANS a partir da data de vigência desta Lei. (...) §2º - Fica extinto o plano de carreira dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal da BHTRANS, restando mantida a denominação, as atribuições, a jornada e a remuneração vigente na data de publicação desta lei.”

O PL estabelece o congelamento das carreiras dos empregados públicos concursados da BHTRANS a partir da vigência da Lei. A não aplicação dos mecanismos de promoção funcional por **merecimento** (mérito), por **escolaridade** e por **antiguidade**, com consequentes aumentos nos salários base dos empregados conforme tabela do PCSC (2008) vigente (progressões em percentuais de 5% e 10% de acordo com o tipo de promoção. Percentuais de 10% são aplicáveis, exclusivamente, a promoções por escolaridade decorrentes de cursos de pós-graduação stricto sensu do tipo Mestrado e doutorado. Não contempla Pós-doutorado.

Neste sentido, entende-se que o texto do Projeto de Lei Nº 160/2021 fere um princípio constitucional básico: “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada” (artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, 1988), podendo gerar Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) e, por consequência, novos e indesejáveis passivos trabalhistas para o poder público municipal a partir da não aplicação deste instrumento de gestão de pessoas (ônus ao erário público).

b) Em relação ao Poder de Polícia:

Sobre a “terceirização de atividades finalísticas da BHTRANS”, é importante que seja considerado o estabelecido no Decreto Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que “dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”. O artigo 3º, Capítulo II - “Das Vedações”, no que se refere à “Administração pública federal direta, autárquica e fundacional” dispõe:

(...) “Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

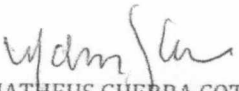
§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.” (...)

QUESITO Nº 10 - Favor prestar outras informações necessárias à melhor compreensão da matéria por esta Câmara Municipal e pela sociedade civil, uma vez que se trata de assunto de extrema relevância e que impacta diretamente na política de mobilidade urbana e na vida do povo.

Existem ainda, algumas informações e questões de extrema relevância a serem considerados na concepção do texto do Projeto de Lei – PL Nº 160/2021:

- Estatuto da BHTRANS (versão 2020), atualizado segundo os preceitos da Lei Federal das Estatais (Lei Nº 13.303/2016, conhecida por Lei Anticorrupção);
- Regulamento de Pessoal da BHTRANS;
- Plano de Cargos, Salários e Carreiras – PCSC (2008);
- Acordo Coletivo de Trabalho (2019 – 2021);
- Análise Jurídica SINTAPPI MG (2021);
- Parecer da Diretoria do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte (30 de julho de 2021);
- Legislação e normativos que regulamentam a profissão de Arquitetura e Urbanismo (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU BR), com previsão de atribuições e atividades técnicas específicas para o exercício de atividades técnicas finalísticas no campo dos sistemas de transportes, infraestruturas, trânsito, tráfego, sistema viário, acessibilidade e mobilidade urbanos (exercidas na BHTRANS e serem exercidas na SUMOB):
 - **Lei Federal Nº 12.378**, de 31 de dezembro de 2010, que “regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, (...) e dá outras providências”;
 - **Resolução Nº 21**, de 5 de abril de 2012, que “dispõe sobre as atividades e atribuições profissionais do arquiteto e urbanista e dá outras providências.”
 - **Resolução nº 51**, de 12 de julho de 2013, que “dispõe sobre as áreas de atuação privativas dos arquitetos e urbanistas e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas, e dá outras providências”.

Belo Horizonte, 24 de agosto de 2021.


MATHEUS GUERRA COTTA,
Presidente do Sinarq/MG.

